INCLUSÃO: O QUE DIZEM OS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR SOBRE O AEE.

Francisca Deusimere de Oliveira Silva[[1]](#endnote-2)

Graduanda do curso de Pedagogia pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR, pelo CAMEAM-UERN. Email: [deusimere.oliveira@gmail.com](mailto:deusimere.oliveira@gmail.com)

Maria Aparecida do Nascimento[[2]](#endnote-3)

Graduanda do curso de Pedagogia pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR, pelo CAMEAM-UERN. Email: [aparecidamadn2018@gmail.com](mailto:aparecidamadn2018@gmail.com)

Francisca Edneide Cesário de Oliveira [[3]](#endnote-4)

Professora Especialista do curso de Pedagogia pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR, pelo CAMEAM-UERN. Email: [edneideoliv@hotmail.com](mailto:edneideoliv@hotmail.com)

## RESUMO

Este artigo traz discussões acercada temática Inclusão no sistema de ensino, objetiva conhecer a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE)e identificar o que dizem e pensam os professores do ensino regular sobre esse atendimento educacional especializado. Para realização deste artigo, iniciamos com uma pesquisa documetal e bibliográfica, baseada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996, Stainback 1999, Mittler 2003, Rodrigues 2006. O estudo foi realizado por meio de questionários com nove professores do 1º ao 5º ano do ensino regular, com coordenador e a professora do AEE. Diante de todo este trabalho podemos identificar que nem todos os professores tem o conhecimento do que é o atendimento educacional especializado pois não são desenvolvidas nem uma ação do AEE em salas de aulas no ensino regular, no entanto, os mesmos não aceita trabalhar em conjunto com a professora que atende os alunos com necessidades educacionais especializadas, ou seja, a maioria das professoras não conhece a real função da sala de recursos, pois, acreditam que esta tem como objetivo dar um reforço aos alunos que não aprendem em sala de aula regular. No entanto, ressaltam que este é um trabalho necessário e que auxilia na aprendizagem das crianças.

**Palavras-chave:** Inclusão.Professores. atendimento educacional especializado.

**Abstract**

Inclusion in the teaching system, aims to know the importance of Specialized Educational Assistance (AEE) and identify what teachers of regular education say and think about this specialized educational service. For the accomplishment of this article, we began with a documetal and bibliographical research, based on the Federal Constitution of 1988, in the Law of Guidelines and Bases of National Education 1996, Stainback 1999, Mittler 2003, Rodrigues 2006. The study was conducted through questionnaires with nine teachers from 1st to 5th year of regular education, with coordinator and the ESA teacher. In the face of all this work, we can identify that not all teachers have the knowledge of what is specialized educational service since neither ESA action is developed in classrooms in regular education, however, they do not accept to work together with the teacher who attends the students with specialized educational needs, that is, the majority of the teachers do not know the real function of the resource room, because, they believe that this one is aimed at giving a reinforcement to the students who do not learn in the regular classroom. However, they point out that this is a necessary and helpful work in children's learning.

**Keywords**: Inclusion. Teachers. specialized educational service.

**INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como objetivo identificar o que dizem e pensam os professores do ensino regular sobre esse atendimento educacional especializado com relação professor-aluno, aluno-professor, onde destaca discussões acerca das resoluções e decretos da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e das Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, onde também destaca-se opiniões dos professores do ensino regular, da professora e do coordenador do atendimento educacional especializado na Escola Municipal Manoel Raimundo do Nascimento, em seguida, apresenta o método utilizado na pesquisa e finaliza com a análise das entrevistas com as mesmas.

Ao falar de inclusão escolar, nos faz lembrar sempre na ideia de **todas as pessoas terem acesso,de modo igualitário,ao sistema de ensino**. Não é tolerado nenhum tipo de discriminação, seja de gênero, religião, etnia, religião, classe social, condições físicas e psicológicas. Atualmente, o principal foco da inclusão escolar são as **crianças e jovens que possuem alguma necessidade educacional especifica,** no entanto, as escolas precisam estar preparadas para dar o suporte necessário para esses alunos, seja na infraestrutura da instituição, como rampas, sinais, elevadores, principalmente, na formação de profissionais de ensino para este tipo de acompanhamento.

A ideia de um indivíduo inclusivo vem da necessidade de se garantir o acesso livre com participação de todos com as mesmas oportunidades independentemente de cada necessidade educacional especial. É função do educador estar preparado para educar os mais diferentes tipos de indivíduos.

O **artigo 208 de Constituição Federal de 1988** diz que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também assegura esse direito de todos os jovens.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde, para analisarmos como o AEE tem sido compreendido pelas professoras das salas dos ensinos regulares na Escola Municipal Manoel Raimundo do Nascimento, Água Nova- RN, contamos com a realização de um estudo teórico e de uma observação em sala de aulado Atendimento Educacional Especializado e coma utilização da técnica de questionário, aplicado com nove professores do ensino regular, o coordenador e a professora do AEE.

O trabalho foi constituído por pesquisa em documentos legais que amparam o AEE a fim de pontuar suas principais características e formas de funcionamento e em referenciais teóricos que diz respeito aos autores, Stainback 1999, Mittler 2003, Rodrigues 2006 que apresentam discussões na área de inclusão.

Esta pesquisa é uma parte de um estudo de graduação em Pedagogia pelo pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR, intitulado a educação inclusiva.

1. **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**

Atualmente subsidiam a política de inclusão por meiodos serviços especializados são, principalmente, a Resolução nº 4, de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e o Decreto nº 7.611/11 (BRASIL, 2011, p. 12) que dispõe sobre a educação especial, atendimento especializado e outras providências.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com o Artigo 1º da Resolução nº 4/2009, é aquele ofertado nas salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de Instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e tem como função complementar ou suplementar a formação dos alunos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

O público-alvo do AEE são alunos com deficiência; com transtorno globaldo desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Quanto ao atendimento a ser realizado, na Resolução 4/2009, o artigo 5º prevê que o mesmo seja:

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria Escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da Escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento EducacionalEspecializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadascom a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

Segundo Rodrigues (2006), no Brasil, os diferentes enfoques da formação inicial e continuada para a docência em Educação Especial, bem como as políticas de operacionalização de seus serviços, estão sujeitos a modelos educativos, cuja dependência se assenta em momentos históricos específicos, afirmando ainda que a formação do docente de educação tem de ser mais especializada para entender à diversidade do alunado, recomendando a inclusão de disciplinas e conteúdos afins, nos diferentes cursos de formação que contemplam, ainda que minimamente, o campo do atendimento educacional especializado.

O Artigo 8º assegura que os alunos matriculados em classe comum doEnsino regular e que tiverem matrícula concomitante no AEE serão contabilizados duplamente no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme o Decreto nº 7.611 de 2011.

O atendimento educacional especializado, pode serrealizado individualmente ou em pequenos grupos. O intuito é de que neste sistema os alunos sejam beneficiados com os recursos disponíveis nessas salas. O professor responsável pela mediação na sala de recursos multifuncional deve ser especializado, ou seja, com pós-graduação, graduação ou cursos de formação continuada nas áreas específicas de Educação Especial, conforme Resolução do CNE/CEB nº 2/2001.

O professor que irá trabalhar nestas salas tem as seguintes atribuições descritas no Artigo 13º da Resolução nº 4, de outubro de 2009:

I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos Pedagógicos de acessibilidade e estratégias considerando as Necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos Pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII *–* ensinar e usar a tecnologia assistida de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009).

É fundamental que o AEE seja estendido a todos os alunos que possuamalguma necessidade educacional especial, a fim de que suas necessidades educacionais sejam atendidas com o intuito de que a aprendizagem seja efetivada.

#### PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O professor do AEE tem como função realizar o atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos, público alvo da educação especial.

No atendimento educacional especializado, o professor fará, junto com o aluno, a identificação das barreiras que ele enfrenta no contexto educacional comum e que o impedem ou o limitam de participar dos desafios de aprendizagem na escola. Identificando esses problemas e as habilidades do aluno, o professor pesquisará e implementará recursos ou estratégias que o auxiliarão, promovendo ou ampliando suas possibilidades de participação e atuação nas atividades, nas relações, na comunicação e nos espaços da escola.

A sala de recursos multifuncionais erá o local apropriado para o aluno aprender a utilização das ferramentas de tecnologia assistiva, tendo em vista o desenvolvimento da autonomia. Não poderemos manter o recurso de tecnologia assistiva, exclusivamente na sala multifuncional para que somente ali o aluno possa utilizá-lo.

Uma das mais importantes atribuições é o ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informáticas acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa-CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular.

1. **ANALISES E DISCUSSÕES DOS DADOS**

O primeiro passo para a seleção dos participantes deste trabalho foi o levantamento do número de crianças que frequentam o atendimento educacional especializado na Escola Municipal Manoel Raimundo na cidade de água Nova- RN. Foi selecionada apenas essa escola pois é a única no município que funciona o atendimento. Em seguida os nove professores do ensino regular, o coordenador e a professora do AEE foram convidados a responder os questionários,totalizando 11 questionários.

Os questionários foram aplicados na escola elencada, no momento da hora-atividade dos professores. Os locais cedidos pela instituição foram salas de aula. Abaixo apresentamos um quadro com as principais características dos professores que fizeram parte deste estudo:

**QUADRO 1: CARACTERÍSTICAS DOS PROFESSORES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PROFESSOR (A)** | GRADUAÇÃO | **Nº DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS** |
| 1 | Pedagogia | 0 |
| 2 | Pedagogia | 0 |
| 3 | Pedagogia | 2 |
| 4 | Pedagogia | 3 |
| 5 | Pedagogia | 2 |
| 6 | Pedagogia | 0 |
| 7 | Pedagogia | 3 |
| 8 | Pedagogia | 0 |
| 9 | Pedagogia | 0 |

**Fonte**: dados coletados da pesquisa

**QUADRO 2: CARACTERÍSTICAS DO COORDENADOR DO AEE:**

|  |  |
| --- | --- |
| **COORDENADOR** | **GRADUAÇÃO** |
| 1 | Letras português |

**Fonte**: dados coletados da pesquisa

**QUADRO 3: CARACTERÍSTICAS DA PROFESSORA DO AEE:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AEE PROFESSORA** | GRADUAÇÃO | ALUNOS ATENDIDOS |
| 1 | Letras/Esp. em Psicopedagogia | 10 |

**Fonte**: dados coletados da pesquisa

Com a realização da atividade teórica e o trabalho de campo foi possível realizar algumas reflexões acerca do AEE na visão dos professores do ensino regular.

Com o levantamento e a comparação dos referidos dados verificou-se que, as professoras do ensino regular possuem graduação em pedagogia, onde a professora do AEE e o coordenador não atende às especificidades do processo da educação inclusiva, pois não tem formação continuada.

A professora do AEE e o coordenador relataram que os perfis doa alunos atendidos são os que possuem deficiência mental/intectual, deficiência fisíca, deficiêcia multipla e com transtorno global de desenvolvimento. E que na sala de recursos multifuncionais existem todos os equipamentos necessários para o atendimento.

Grande parte das professoras tiveram sua formação, há muito tempo atrás e por isso, muitas não tiveram nenhuma leitura em sua formação inicial sobre o ensino de educação inclusiva, onde se discute também as necessidades educacionais especificas.

A sala de recursos multifuncionais não é compreendida por esse grupo de professores como um apoio aos alunos em processo de inclusão. Seis dos professores que responderam o questionário destacaram que seus alunos frequentam o AEE e que este atendimento não tem proporcionado um aprendizado mais significativo a eles:

Com relação a minha sala de aula tenho duas crianças que possuem necessidades educacionais especificas, onde uma delas a mãe relata que a professora do AEE tem medo de sua filha e por este motivo não queria trazer a mesma para o atendimento educacional especializado. A segunda a mãe comentou que a professora não realiza nem uma atividade que venha faze-lo avançar em sua aprendizagem quanto na socialização a outra ainda relata que não nem conhecimento da sala do AEE (PROFESSORA 4).

A sala de recursos multifuncionais é um programa do Governo Federal com a função de complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços onde eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

No entanto essas diretrizes baseiam-se na concepção do atendimento educacional especializado e não devem ser entendidas como substitutivo à escolarização realizada em classe comum das diferentes etapas da educação regular, mas sim como mecanismo que viabilizará a melhoria da qualidade do processo educacional dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação matriculados nas classes comuns do ensino regular, ao mesmo tempo em que orienta a organização da escola e as demandas dos sistemas de ensino.

Das professoras que foi aplicado o questionário, todas relataram que não trabalham em conjunto com a professora do AEE. A professora cinco (5) relata que:

“ O AEE se destina as pessoas que tem qual quê tipo de deficiência e que esse atendimento contribui para melhorar o desempenho escolar, pois é onde acontece o desenvolvimento das potencialidades dos alunos inter e intrapessoal, como também para que este construa gradualmente seus conhecimentos como um todo”.

Nesse processo, o professor da sala do ensino regular é responsável pela educação de todos os alunos, pode se apoiar em estratégias e recomendações do professor do ensino do AEE, delineando as formas de mediação e adaptações necessárias para o aprendizado.

O professor da sala de ensino regular precisa ter ciência de que este atendimento especializado não substitui a sua função de ensino. É necessário que haja uma atuação colaborativa entre os profissionais que atuam com as crianças com necessidades educacionais especificas.

O professore 3 citou que um de seus alunos não frequenta mais o atendimento educacional especializado, pois a professora desse atendimento não consegue desenvolver nenhum tipo de atividade com aluno devido seu comportamento, onde também ela não consegue se locomover devido sua deficiêcia física.

Rodrigues 2006 aponta que, as práticas pedagógicas na educação de alunos com necessidades educacionais especificas estão sujeitas às influências do pensamento de que as pessoas com deficiência têm dificuldades de aprender, em razão de considera-las portadoras de limitações orgânicas.

Os professores ainda apontaram que mesmo com a oferta do atendimento educacional especifico na escola Municipal Manoel Raimundo do Nascimento, existe fatores que interferem nesse processo de aprendizagem. Sendo assim o professor 7 comentou que:

“Há bastante dificuldade em questão do atendimento educacional especializado, pois na escola não uma sala adequada para esse atendimento e nem recursos que possam auxiliar principalmente quando há a necessidade de utilizados na sala de aula no ensino regular”.

Primeiro fator é que não existe uma estrutura adequada para o atendimento educacional especifico.

Segundo fator a professora do AEE não possui uma formação adequada para trabalhar nesta área.

Terceiro fator é que as crianças que é para ser acompanhada não participa do atendimento e as que são não conseguem desenvolver tanto no aprendizado quanto na socialização.

Quarto fator é a falta de apoio da família na participação do filho no AEE, onde muitos deles não compreendem a importância deste atendimento para aprendizagem e desenvolvimento de seu filho que possui necessidades educacionais especificas.

Conseguimos relatar respostas de seis (6) questionários, quatro dos professores do ensino regular e da professora e coordenador do AEE. Pois os outros cinco professores transcreveram nos questionários sua formação e que não contém alunos que necessitem do atendimento na sala de recursos multifuncionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atendimento Educacional Especializado não tem sido compreendido pelas professoras do ensino regular como importante serviço para a aprendizagem do aluno em processo de inclusão. A sala do AEE traz a oportunidade de aquisição de conhecimentos de forma lúdica, com materiais diferenciados, mas a professora do AEE não utiliza os mesmos.

É preciso que o professor do ensino regular compreenda que este não é um ambiente de reforço, ou seja, de reprodução das matérias e atividades de sala de aula. Outro fator de destaque é que existe a necessidade de um trabalho colaborativo entre o ensino regular e sala do AEE.

Entendemos que um dos motivos que distanciam os professores do ensino regular do AEE é o preconceito que ainda existe, pois eles não aceitam que a professora do atendimento educacional especifico paneje junto com os mesmos. Esta realidade faz com que o ensino dos alunos com NEE’s seja compreendido como responsabilidade do

Professora do AEE, já que ganha para este atendimento.

Cabe, ainda, apontar a necessidade de uma real participação da equipe pedagógica da escola no processo de conscientização dos pais, dos professores do ensino regular e da comunidade escolar, acerca da importância deste atendimento para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

###### Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 desetembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1E.p. 39-40.

BRASIL. Decreto nº 6571. Brasília, 2008

Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2009, de 2outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento EducacionalEspecializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*.* **Diário Oficialda União**, Brasília, DF, 5 out. 2009a. Seção 1. p. 17

<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT15-3634--Int.pdf> acesso: 17 de abril 2018

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, David. Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: ed. Summus, 2006.

S. J. Taylor e R. Bodgdan (1980): *Introdução aos métodos qualitativos de investigação*, ed. Paidós, Barcelona.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Tójar, J. C. (2006): *Investigação Qualitativa.* *Compreender e Actuar.* Madri: A Muralha.

1. [↑](#endnote-ref-2)
2. [↑](#endnote-ref-3)
3. [↑](#endnote-ref-4)